

Praia Vermelha



Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

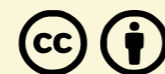
LOAS 30 anos: retrospectivas e projeções

v.34 n.1

Jan-Jun/2024

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Roberto de Andrade Medronho

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.34 n.1

Fátima Valéria Ferreira de Souza UFRJ

Heloísa Helena Mesquita Maciel PUC-RIO

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Tikinet Edição LTDA EPP

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Jasper Johns
Target, 1961 (Art Institute of Chicago).

Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ





Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-


Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

 Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.

Sumário

EDITORIAL DOSSIÊ

5 LOAS 30 anos: retrospectivas e projeções

Fátima Valéria Ferreira de Souza & Heloísa Helena Mesquita Maciel

ARTIGOS DOSSIÊ

12 Contrarreforma e assistência social: condicionalidades para o BPC na Lei 14.176/21

Julio Cesar Lopes de Jesus & Flavia A. Santos de Melo Lopes

37 Ajudar, Controlar, Defender? Sobre violência e instituições de acolhimento para adultos

Clara Santos Henrique Araújo

54 O acesso ao Benefício de Prestação Continuada pelo paciente oncológico

Alessandra Bessimo Barreto & Monica de Castro Maia Senna

74 30 anos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS): um paradigma em crise? Bruna N. Carnelossi et alia

102 As representações sociais da população sobre a Política da Assistência Social no período da pandemia da COVID -19 em Montes Claros/MG Nilson de Jesus Oliveira Leite Junior et alia

127 Lei Orgânica de Assistência Social: o necessário fortalecimento dos sujeitos coletivos


Maria Luiza Amaral Rizzotti & Ana Patrícia Pires Nalessio

146 30 anos da LOAS nas “Amazônias”: a particularidade dos povos indígenas e quilombolas

Patricio Azevedo Ribeiro & Maria Antonia Cardoso Nascimento

168 Racismo na Assistência Social: legitimação ou questionamento ao mito da democracia racial? Caroline Fernanda Santos da Silva

197 Gênero, “raça”/etnia e trabalho com famílias na política de assistência social Luana Alexandre Duarte

 Para acessar os demais textos
deste número clique aqui
e veja o sumário online.

219 Problemáticas em torno da noção de risco, família e território na operacionalização da política de assistência social

*Cecilia Paiva Neto Cavalcanti, Erica Lourenço Ricardo
& Joyce de Souza da Silva*

240 Expropriação do fundo público e os rebatimentos na estruturação da assistência social

Weslany Thaise Lins Prudencio & Nailsa Maria Souza Araujo

260 Uma análise político-econômica do governo Bolsonaro: o caso do financiamento de Assistência Social Luciana de Sousa Alves

284 Cortar na carne — os desafios do SUAS na cidade de Montes Claros frente ao cenário de austeridade fiscal

Alan Prates Oliveira

309 Na luta entre o novo e o velho, o Suas movimenta a Assistência Social como direito Ieda Maria Nobre de Castro

334 Benefícios eventuais no Suas/BH: o benefício eventual AVISE como mais proteção

Mariana Bernardo de Brito & Kamila Emanuelle Ladeira

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Gênero, “raça”/etnia e trabalho com famílias na política de assistência social

Gênero
“Raça”/ Etnia
Trabalho Social com Famílias

Este artigo tem como objetivo apresentar parte dos resultados de uma pesquisa bibliográfica que, entre outras temáticas, propôs-se a analisar as “Relações Sociais de gênero, “raça”/etnia e TSF”. O artigo está estruturado a partir de três seções que abordam a Centralidade das famílias na política social; o Cuidado, Care e Políticas Sociais; e as Relações Sociais de gênero, “raça”/etnia e Trabalho Social com Famílias (TSF). A partir da análise bibliográfica, bem como de alguns relatos de profissionais da Assistência Social, foi possível analisar algumas das tensões que perpassam as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política do TSF.

Luana Alexandre Duarte

Assistente social do IFSP – Campus Cubatão,
mestre em serviço social e política social (UNIFESP).

**Gender, “race”/ ethnicity
and work with families
in the social assistance policy**

This article aims to present part of the results of a bibliographical research, which, among other topics, proposed to analyze the “Social Relations of gender, “race”/ethnicity and TSF”. It is structured around three sections that address the Centrality of families in social policy; Care, Care and Social Policies; and the Social Relations of gender, “race”/ethnicity and TSF. From the bibliographical analysis, as well as some reports of Social Assistance professionals, it was possible to analyze some of the tensions that permeate the technical-operative, theoretical-methodological and ethical-political dimensions of the TSF.

Gender
“Race”/ Ethnicity
Social Work with Families





Introdução

As reflexões a seguir apresentam parte dos resultados da pesquisa de mestrado da autora, que teve como objetivo geral identificar e explicitar as múltiplas determinações que perpassam o Trabalho Social com Famílias (TSF) na Assistência Social, em sua dinamicidade, processualidade e movimento, partindo da perspectiva de ser necessário tensionar o TSF em curso, dar vazão as análises mais totalizadoras que demonstrem suas contradições e contribuir com as análises que já vêm sendo desenvolvidas em uma perspectiva problematizadora e crítica.

A pesquisa, de tipo bibliográfica, foi desenvolvida a partir de dez artigos científicos publicados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a seleção do material de pesquisa, utilizou-se na busca o descritor “trabalho social com famílias”, termo exato utilizado nas orientações técnicas da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004). O espaço de tempo considerado para a busca contempla artigos publicados entre os anos de 2004 e 2018, definido considerando que no ano de 2004 foi instituída a Política Nacional de Assistência Social vigente.

Especificamente, este artigo apresenta os resultados partir de uma das categorias analíticas¹ presentes na pesquisa, a categoria “Relações Sociais (de classe, de gênero, “raça”/ etnia) e TSF”, com enfoque nas Relações de gênero e “raça”/etnia, assunto abordado em quatro² dos dez artigos selecionados.

Uma vez efetivada a definição do material de pesquisa, foram realizadas leituras dos artigos para sumarização de dados e informações presentes no material selecionado, bem como para interpretação das ideias propostas e sua inter-relação com os objetivos da pesquisa. Para tanto, utilizou-se um “roteiro de leitura” (LIMA, MIOTO, 2007), materializado na elaboração de fichas bibliográficas com a disposição de campos para identificação e caracterização da obra (tema central, objetivo da obra, referências conceituais presentes na obra, paradigma teórico e referencial teórico utilizados), e campo para identificação das contribuições da obra para o estudo (reflexões, questionamentos e encaminhamentos suscitados pela leitura da obra).

As duas primeiras seções deste artigo (“Centralidade da família na política social” e “Cuidado, *Care* e Políticas Sociais”) foram





desenvolvidas a partir da análise bibliográfica mais ampla da pesquisa, que contemplou obras explícita e implicitamente alinhadas à teoria social crítica, já a última seção (Relações Sociais de gênero, “raça”/etnia e TSF na Assistência Social) contempla a análise dos artigos selecionados para a pesquisa, cujos paradigmas teóricos utilizados em suas reflexões e análises são: a perspectiva materialista histórico-dialética (implícita em três dos quatro artigos selecionados) e a Análise de Discurso Foucaultiana (explícita em um dos artigos selecionados³).

A centralidade da família nas políticas sociais

O primeiro apontamento que se faz necessário para esta reflexão é situar que a política social surge na formação social e econômica capitalista. Nesse sentido, é engendrada no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas de produção.

O advento da sociedade burguesa compreendeu uma reorganização das esferas de produção e reprodução social, na qual a imposição do modelo de família monogâmica/patriarcal acompanhou “o rompimento com uma família profundamente identificada — tanto na aristocracia como na burguesia mercantil — com uma intensa e visível atividade econômica [...] Essa separação provocou o estabelecimento de uma visão da família desvinculada do trabalho e das relações econômicas” (MIOTO, 2015, p. 701).

Em outras palavras, já adiantando as assimetrias das relações sociais de sexo na sociedade capitalista, destaca-se que “[...] Com a família individual monogâmica, o controle do lar perde o caráter de produção social e transforma-se em serviço privado, sem remuneração, que é acompanhado da opressão econômica da mulher, perpetuada nas várias esferas das relações sociais” (ZOLA, 2016, p. 11).

A separação mais nítida da família e do trabalho ocorre no capitalismo industrial, contudo, a abordagem teórica da complexidade dessas relações é tardia e passa a acontecer somente nos anos de 1970, sobretudo no espoco dos estudos feministas marxistas. Tais estudos possibilitam a compreensão das relações da família não só com o mercado de trabalho, mas também com o Estado (MIOTO, 2015). “[...] Além do mais, deu visibilidade, inclusive, ao fato de que a família, por meio do



trabalho não remunerado da mulher, estruturou-se como um dos pilares do Estado de bem-estar social em muitos países” (MIOTO, 2015, p. 703).

Heinen (2009) detalha esse processo a nível dos países que vivenciaram o Estado de bem-estar social,

Percebe-se que o desenvolvimento do *welfare* contribuiu para incrementar o poder das mulheres na sociedade, na medida em que elas aproveitaram a oportunidade de expressar sobre questões que as tocam muito diretamente. Como mostrou Siim (1996), isso permitiu que elas pudessem influenciar a configuração e o conteúdo de políticas sociais e familiares. Mas aparece também – como sublinhado nas análises de Lewis (1998) ou de Leira (1992) – que o Estado muitas vezes preservou, quando não acentuou, as desigualdades de sexo por meio de sua intervenção ou sua não intervenção em medidas discriminatórias relativas às mulheres – como as licenças para a educação de filhos, definidas como licença-maternidade, antes de serem reclassificadas como licença parental; ou o trabalho em tempo parcial, “reservado” à mão de obra feminina (HEINEN, 2009, p. 193).

Heinen assinala ainda, que abordar as políticas sociais e familiares do ponto de vista das relações sociais de sexo é importante diante da crise do Estado de bem-estar social e de suas restrições orçamentárias que abalaram o desemprego e os sistemas de aposentadoria. Tais retrocessos impactam de forma diferenciada um ou outro sexo, haja vista a hierarquia dos salários e das aposentadorias e também que “[...] em função das tarefas cotidianas que desempenham no lar, as mulheres – como grupo – pagam o preço mais alto da deterioração dos serviços de bem-estar” (HEINEN, 2019, p. 193).

As mulheres são ainda atingidas de forma desigual conforme sua origem social e nível de educação, as assalariadas enfrentam dificuldades no que se refere às suas carreiras ou como usuárias de serviços coletivos, e as pouco qualificadas ou não qualificadas, muitas vezes tendo perdido o emprego, enfrentam obstáculos de uma ou outra ordem como usuárias da assistência social: “para elas e para quem depende delas, são problemas de sobrevivência que em geral decorrem tanto do rebaixamento das prestações assistenciais como da desagregação ou privatização dos serviços públicos” (HEINEN, 2019, p. 194). Constata-se também discriminações de origem étnica, as mulheres imigrantes e

as mulheres pretas, “[...] que sofrem problemas específicos (dependência em relação ao marido, superexploração nos serviços domésticos ou trabalho informal na economia subterrânea)” (HEINEN, 2019, p. 194), além das diferenciações sociais e de interesse que separam as mulheres entre si,

[...] especialmente quando as de alto nível de escolaridade, desejosas de se manter no mercado de trabalho, recorrem ao trabalho doméstico de outras mulheres, provenientes de categorias mais desfavorecidas. Esse último fenômeno tem sido bastante agravado pela mudança das políticas de Estado em relação aos serviços públicos (negligenciados ou relativizados), parcialmente substituídos pelo “emprego doméstico” (HEINEN, 2019, p. 194).

Entre as diferenciações sociais que separam as mulheres entre si, é importante considerar, também, a particularidade da imigração. Falquet (2008), ao estudar a internacionalização do trabalho de reprodução social, aponta que tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho de cuidar (*care*), vem sendo realizado por imigrantes (ilegais ou não) na Europa. A autora faz apontamentos acerca de estudos no âmbito da evolução dos estados de bem-estar social e destaca estudos que abordam “os laços entre a organização da reprodução social em cada estado, o tipo de care requerido e o tipo de migração feminina ‘peneirada’ para responder às necessidades de care de diferentes Estados” (FALQUET, 2008, p. 8), ou seja, que descrevem, por exemplo, “a gestão sexuada das migrações internacionais na Europa em função das evoluções das políticas de Welfare” (ELEONORE KOFMAN et al., 2001 apud FALQUET, 2008, p. 128).

Desse modo, segundo a autora, “estas análises devem ser inseridas numa reflexão geral sobre a reorganização do trabalho conduzido pela plataforma neoliberal do Estado, que consiste em não mais assegurar uma grande parte dos serviços, principalmente do trabalho de reprodução social” (FALQUET, 2008, p. 128). A autora acrescenta ainda, que

[...] não se trata somente de constatar que as mulheres são margem de manobra sonhada pelo sistema, amortecendo a crise por meio de seu sobretrabalho mal-pago (ATTAC, 2003; BISILLIAT, 2003; FALQUET et al., 2006; HIRATA & LE DOARÉ, 1998; TGS, 2001; WICHTERICH, 1999), mas de saber como o sexo, a “raça” e a classe são mobilizadas



e reorganizadas para construir uma nova divisão social do trabalho ao nível da família, de cada Estado e do conjunto do globo (FALQUET, 2008, p. 128).

Verifica-se, dessa maneira, que o Estado de bem-estar social não rompe com o trabalho familiar, que acaba por adquirir novos contornos com a crise que o procede. Segundo Mito (2009, p. 135), inúmeros autores já assinalaram que na maioria dos países que vivenciaram o Estado de bem-estar social, “a família nunca deixou de ter papel significativo na organização e desenvolvimento dos diferentes sistemas de proteção social”.

Acrescenta-se a essa discussão, que desde o final dos anos de 1970, com a crise mundial, a família vem sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social e que há, na atualidade, um amplo arco de políticas articuladoras de um expressivo contingente de atores e recursos, contemplando a família (PEREIRA, 2010).

Propõe-se, então, uma reflexão mais específica acerca de como os Estados nacionais organizam-se na proposição de políticas sociais buscando compreender quais são as repercussões e o impacto para as famílias.

Mito (2009), partindo da análise do autor Esping-Andersen (1991) sobre a proteção social provida pelos Estados de Bem-estar Social, traz os conceitos chaves de “desfamiliarização” e “familismo” e descreve que a desfamiliarização “refere-se ao grau de abrandamento da responsabilidade familiar em relação à provisão de bem-estar social, seja através do Estado ou do mercado” (MIOTO, 2009, p. 135-136). Já o familismo, ao contrário, está presente nos sistemas de proteção social “em que a política pública considera – na verdade insiste – em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 5 apud MIOTO, 2009, p. 135-136).

Na perspectiva do familismo, complementa-se que a crítica mais contundente acerca da adoção da família como referência das políticas públicas, “está associada à regressão da participação do Estado Social na provisão de bem-estar” (MIOTO, 2010, p. 170).

O modelo de desfamiliarização evidencia-se nos Estados da social democracia, que é o caso dos países escandinavos. Já nos Estados



de Bem-estar de caráter familista, no quais “o *quantum* de proteção assumido pelo Estado e pela família é que caracteriza maior ou menor grau de familismo”, estão os países da Europa do Sul, que “configuram um modelo próprio de bem-estar, denominado ‘modelo mediterrâneo’ ou ‘modelo católico’, à medida que a ênfase institucional na regulação e na organização da proteção social recai muito mais na família que no mercado ou Estado” (MIOTO, 2009, p. 136, grifos da autora).

No caso dos sistemas de proteção social dos países latino-americanos, particularmente do Brasil, verifica-se o alinhamento desses países ao denominado Estado familista, o que pode “ser verificado tanto nas definições legais quanto operacionais das políticas sociais brasileiras ao longo do tempo” (Campos e Miotto, 2003; Miotto, Campos e Lima, 2006 apud MIOTO, 2009, p. 136).

Ampliando o espectro de análise, é importante destacar, conforme modalidades identificadas por Goldani (2005)⁴, a natureza e o conteúdo das políticas para as famílias e o lugar das famílias como objeto ou objetivo dessas políticas, que caracterizam o impacto da provisão de proteção social pública na relação entre família e trabalho. Desse modo, Goldani (2005, p. 325) atenta-se à importância de esclarecer “los riesgos del uso político-ideológico de la familia”, e faz uma diferenciação de modalidades de políticas para família.

No campo das políticas “de família” (GOLDANI, 2005, p. 326), a autora considera o conjunto de medidas ou instrumentos que tentam intervir no modelo de família existente, para moldar estruturas familiares ou impor um certo modelo ideal de família. Pode-se considerar como exemplo, as políticas de controle da natalidade, de caráter autoritário e centradas na defesa da família nuclear, e as políticas de incentivo à natalidade, que, as mais recentes, tendem a não impor um modelo de família como meta.

Outra modalidade de política analisada pela autora é de “políticas referidas a la familia” (GOLDANI, 2005, p. 327), que tratam de um conjunto de medidas ou instrumentos de políticas públicas cujo objetivo é fortalecer as funções sociais que cumprem as famílias. Entre essas funções, destacam-se:

“la reproducción y socialización de sus miembros, la filiación y la herencia, garantizar las condiciones materiales de

vida, la construcción de la subjetividad de sus integrantes (sistemas de valores, actitudes, ideologías y personalidades)” (FEIJÓO, 2004 apud GOLDANI, 2005, p. 327).

Desse modo, caberia um conjunto amplo de políticas públicas que vão desde políticas universais de educação, saúde, seguridade e emprego, até políticas de combate à violência doméstica e à pobreza.

En un escenario ideal, las políticas “referidas a familia” – que serían la mayoría de las políticas públicas existentes - deberían ser suficientes para garantizar la protección y el bienestar de los individuos y de las familias en que se encuentran. No obstante, las rápidas transformaciones producidas en el mundo del trabajo y en las familias han creado una compleja demanda por servicios que las políticas públicas no han sido capaces de satisfacer. Al intentar acompañar estos cambios y atender las demandas por redistribución de recursos y por reconocimiento de nuevos actores, las políticas públicas se expandieron y se fragmentaron. Otro problema que presentan estas políticas públicas “referidas a familia” estaría en la noción de familia que manejan los diversos programas sociales. Esta continúa siendo de un tipo fijo, y muchas veces idealizado, de familia nuclear, aunque otras veces, al tratarse de programas para individuos en las familias (el joven, el anciano, la mujer), se reconocen las diferencias e inequidades al interior de la familia, lo que implícitamente remitiría a otra noción de familia (GOLDANI, 2005, p. 327, grifo da autora).

Nesses termos, para Goldani, entre optar por uma política “de familia”, que em geral é extrema e trata de redefinir estruturas familiares, ou por uma política “referida a familia”, que de forma ampla busca fortalecer as funções sociais da família, deveria se optar por novas políticas públicas orientadas “para familia” (GOLDANI, 2005).

Por fim, ressalta-se que a modalidade de políticas “para familia” parte de uma concepção ampla de família, que representaria uma nova articulação entre trabalho na esfera produtiva, trabalho doméstico e a provisão de bem-estar pelo Estado, assegurando melhores condições para todas as famílias e fortalecendo as perspectivas de cidadania individual e social (GOLDANI, 2005). Essa é uma reflexão fundamental, ainda que esse modelo ideal encontre limites impostos pela ordem societária capitalista.

De modo geral, as políticas “para família” apontariam para uma maior responsabilidade do Estado e da sociedade no âmbito da proteção social aos membros de uma família, ao considerar a conciliação entre família e trabalho um problema de todos, não apenas das mulheres, e ao valorizar as famílias como um bem público, que deve ter assegurado os custos do trabalho do cuidado por um fundo público, permitindo conciliar vida familiar e trabalho.

Cuidado, *care* e políticas sociais

Sob a ótica do Estado, os sistemas de proteção social têm sido organizados a partir da família nuclear burguesa (pai provedor e mãe dona de casa e cuidadora). Ou seja, “[...] apesar das famílias terem se distanciado do ideal burguês na sua conformação, ainda são mantidas as mesmas expectativas sobre o seu papel e suas responsabilidades enquanto um grupo/arranjo de proteção social e cuidado dos indivíduos” (MIOTO; CAMPOS, CARLOTO, 2015, p. 8).

Contudo, é necessário pontuar que, para além das expectativas convencionais e normativas relacionadas ao papel das famílias em suas diferentes configurações na atualidade, o tensionamento desse papel se torna cada vez mais evidente, seja pela condição de pobreza de algumas famílias, seja pelas mudanças que as novas configurações familiares representam de fato.

En las familias reinventadas⁵, el llamado “contrato familiar implícito” se redefine y obliga a un ajuste, tanto de las expectativas individuales como de las fuentes sociales de soporte. Visto de forma convencional, este contrato informal se mantendría por los lazos de afecto, los sentimientos de reciprocidad, los incentivos económicos, las sanciones negativas y los valores culturales. La prevalencia de una solidaridad familiar incondicional es asumida y no se cuestionan las tensiones. Lo que se advierte, sin embargo, es que el contrato familiar cambia y puede fallar en circunstancias históricas específicas y en diferentes momentos del ciclo vital familiar. Recursos limitados y la ausencia de hijos han estado entre las principales razones para explicar por qué estos contratos se rompen y hacen, por ejemplo, que algunos de los miembros de la familia, con algún tipo de deficiencia, enfermos o ancianos, puedan ser ignorados, olvidados o abandonados. Recientemente, la masiva entrada de las mujeres al mercado de trabajo se señala como la mayor responsable de los cambios y de la



ruptura del contrato familiar tradicional. En Brasil, se constata que el cuidar y el ser cuidado en las familias brasileñas aún acompaña el equilibrio entre afectos y reciprocidades en una estructura normativa. Las mujeres, más que los hombres, y los parientes más que los no parientes, son los preferidos en el proceso de intercambio intergeneracional y en la provisión de cuidados (Camarano, 2004; Debert, 1999; Saad, 2004 apud Goldani, 2005, p. 321).

Desse modo, são reforçadas, inclusive legalmente, as atribuições da família na provisão de subsistência de todos os seus membros, além dos cuidados em relação aos membros que não possuem independência ou autonomia, seja pela idade ou por outras eventualidades. Tudo isso, independente do desgaste advindo com a necessidade da venda da força de trabalho, configurando, muitas vezes, uma dupla jornada de trabalho, cujo trabalho familiar não é pago e tradicionalmente é atribuído às mulheres.

Passos (2018) traz considerações relevantes acerca do cuidado enquanto uma necessidade ontológica do ser social na perpetuação da vida e da espécie. Todavia, a autora assinala que historicamente “[...] as metamorfoses dos modos de produção e da sociabilidade transformaram o cuidado em algo privado, invisível e vinculado ao sexo feminino, naturalizando-o como uma atribuição exclusiva das mulheres” (PASSOS, 2018, p. 66).

Entendendo que há uma diferenciação entre o cuidado enquanto necessidade ontológica do ser social e o trabalho de cuidado gratuito da mulher no âmbito doméstico na sociedade capitalista, a autora trabalha com a diferenciação de dois conceitos: o de *care* e o de cuidado, e faz o seguinte apontamento,

[...] o *care* é aqui compreendido como relação direta de um indivíduo com outro, a fim de promover a manutenção e perpetuação da vida (amamentando, alimentando, dando banho, abrigando etc.). Ele tem sido um trabalho executado por mulheres e que ainda se encontra vinculado à generificação de atributos considerados femininos, o que inviabiliza o seu reconhecimento como trabalho e conseqüentemente sua profissionalização. Já o cuidado aqui, é identificado como necessidade ontológica do ser social e que vem sofrendo transformações de acordo com as mudanças nos modos de cooperação. Ele faz parte das necessidades universais do ser social e o *care* é sua particularização nos cenários do capitalismo contemporâneo (PASSOS, 2018, p. 99).



O *care* é diferente do trabalho doméstico, dos afazeres domésticos (lavar e passar roupa, arrumar casa, etc.) e se dá na relação direta com o outro indivíduo (no amamentar, no alimentar, dar banho, abrigar). Tanto o *care* quanto o trabalho doméstico localizam-se na esfera reprodutiva e, apesar do entrelaçamento existente entre ambos, diferenciam-se na origem (PASSOS, 2018). Para a autora,

[...] reconhecer estes trabalhos tem sido um grande avanço nas Ciências Sociais, em especial na Sociologia do Trabalho, o que possibilita o desvendamento da naturalização e o questionamento da sua essencialização. A mercantilização destes tem sido um ponto de partida importante para ultrapassar a relação capital e trabalho, a fim de adentrarmos na esfera reprodutiva problematizando a invisibilidade e a subalternidade do cuidado feminino (PASSOS, 2018, p. 99).

O trabalho familiar (*care* + trabalho doméstico), em última análise, contribui para a manutenção das relações sociais capitalistas de produção e reprodução social, para exploração da mulher e seu enclausuramento no espaço doméstico.

O reconhecimento do trabalho de cuidado e sua inserção no campo das políticas públicas possibilitam a mudança do enfoque da visão funcionalista de cuidadora da mulher, no âmbito da família. Percepção já apreendida por quem tem acesso financeiro aos serviços de *care* no mercado, podendo avançar para o reconhecimento do *care* social e implantar o debate sobre as responsabilidades coletivas do trabalho de cuidados para a reprodução social (ZOLA, 2016, p. 245).

Já em relação ao trabalho doméstico, que também compõe o trabalho familiar, destaca-se, segundo Assunção,

A exigência de restaurantes públicos, lavanderias e creches em tempo integral, financiados por impostos cobrados sobre as grandes fortunas e lucros capitalistas, apontam no sentido de fazer com que o Estado se responsabilize pelos serviços necessários à manutenção da vida dos trabalhadores, e não descarregue esses afazeres sobre as costas das trabalhadoras (Assunção, 2011, p. 51).

Relações sociais de gênero, “raça” /etnia e TSF

Os artigos selecionados para a pesquisa contemplam, em suas reflexões, elementos sobre o TSF a partir dos vieses das relações sociais de classe e gênero, principalmente. Na discussão que

segue, estabeleceu-se como critério de diálogo entre a base de dados da pesquisa bibliográfica e as demais fontes da pesquisa o seguinte movimento analítico: sempre que se fizer referência à expressão “o artigo de” estará se referindo aos artigos que compõem a base de dados selecionada para responder a problematização da pesquisa.

O artigo de Cardoso e Teixeira (2014, p. 79) faz um resgate histórico acerca da família, buscando situar como e em qual momento ocorre a divisão sexual do trabalho, bem como a introdução de valores hegemônicos burgueses e patriarcais nas relações familiares, configurando o padrão de família moderno que, adaptado às necessidades capitalistas, pauta-se no amor romântico/parental, na autoridade dos pais, na independência do casal das relações de parentesco, conformando unidades familiares menores e com papéis fundados nas diferenças de gênero e na prevalência da força masculina. “[...] As mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens. E os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos” (CARDOSO, TEIXEIRA, 2014, p. 72).

As autoras pontuam ainda, os papéis sexuais esperados no padrão moderno de família, que se caracteriza pelo homem provedor e mulher administradora do lar e dos cuidados com filhos e marido. Contudo, identificam que a dinâmica social e política na qual as relações familiares se inserem é contraditória, e observam a coexistência de diferentes tipos de relações a partir de vivências familiares plurais, heterogêneas e subversivas.

Segundo o artigo de Cardoso e Teixeira (2014, p. 74), no que tange à ingerência do Estado na dinâmica familiar, “essa intervenção pode manter as assimetrias de gênero e até contribuir para sua manutenção e reprodução, como também para alterá-las, a depender do modo como é compreendido o papel da família e do Estado na proteção social”. Nessa perspectiva, cabe outro apontamento identificado no artigo, de que os países que possuem políticas típicas de familismo, dificultam a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua independência econômica, pela pouca oferta de serviços públicos voltados para a família e pela impossibilidade financeira de muitas famílias acessarem esses serviços via mercado, ficando a cargo das famílias, especialmente das mulheres, o provimento do trabalho familiar (ESPING-ANDERSEN, 1999 apud CARDOSO, TEIXEIRA, 2014).

Nessa perspectiva, acrescenta-se uma reflexão colhida no artigo de Costa e Senna, de que a divisão de trabalho entre sexos tende a influenciar a provisão social, ao mesmo tempo em que as políticas sociais afetam de maneira distinta as condições de vida de homens e mulheres, como ocorreu nos diferentes tipos de Estados de Bem-Estar Social (BOCK apud COSTA, SENNA, 2018).

A naturalização de papéis sexuais, bem como a naturalização e idealização do modelo de família patriarcal, ainda não escapa aos profissionais que executam o TSF, conforme constata a pesquisa com profissionais dos CRAS de João Pessoa/PB, realizada com dezessete psicólogas/os e dezenove assistentes sociais, descrita no artigo de Alberto e Costa (2017), cujos relatos serão descritos adiante.

Então, para mim eu vejo muito essa desestruturação na formação familiar atual da nossa comunidade... porque é muito diferente um, é, trabalhar com uma família de comunidade que tem núcleos familiares diferentes do que trabalhar com outros tipos de crianças que tem a família tradicional, pode-se dizer que tem questões financeiras diferentes (Psicólogo 11 apud ALBERTO, COSTA, 2017, p. 202).

Desestrutura é justamente isso, com aspectos de conflitos, com violência doméstica, com desemprego, com filhos sendo dependentes ou aviõezinhos do tráfico, certo, e mães pronto, que querem passar o dia na rua andando com os meninos, conversando com a vizinha, entendeu, num, num tem a preocupação de arranjar uma diária (Assistente Social 1 apud ALBERTO, COSTA, 2017, p. 203).

É muito difícil ter uma família aqui na comunidade que você veja a concepção de família que a gente geralmente tá acostumado que é pai e mãe, geralmente aqui ou é o padrasto ou só a figura da mulher, então aqui é muito, muita família desestruturada a gente vê (Assistente Social 2 apud ALBERTO, COSTA, 2017, p. 203).

Família desestruturada é quando existe conflito dentro da família e eles não conseguem resolver, a própria família não consegue sentar e resolver, aí procura, procura os serviços né (Assistente Social 3 apud ALBERTO, COSTA, 2017, p. 203).

Segundo Alberto e Costa (2017, p. 203) esses interdiscursos⁶ foram identificados nos enunciados dos participantes, e, no caso dos

profissionais de Psicologia, a desestruturação familiar apareceu tanto relacionada à composição familiar como à condição econômica. “No caso dos profissionais do Serviço Social, a desestrutura aparece legada à presença de conflitos, bem como aos arranjos familiares diferentes do nuclear” (ALBERTO, COSTA, 2017, p. 203).

Destaca-se ainda, a partir do relato da Assistente Social 1, que ao mesmo tempo em que a mãe aparece como cuidadora dos filhos “mães pronto, que querem passar o dia na rua *andando com os meninos*, conversando com a vizinha”, espera-se que ela também procure um trabalho, o que normalmente é incompatível, a menos que a mãe tenha quem cuide dos filhos, ou escolas de tempo integral, atividades de contraturno escolar, por exemplo.

Escapa aos relatos profissionais, de modo geral, que mesmo nas famílias tidas como nucleares existem conflitos e vivências de vulnerabilidades, pois as relações intrafamiliares entre homem e mulher são de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987). Por outro lado, não se pode deixar de considerar, conforme as reflexões de Miotto (2004) e Goldani (2005), que as famílias reinventadas, especialmente as famílias menores e que contam com apenas um adulto, estão mais vulneráveis na gestão da vida cotidiana, o que não justifica culpabilizações, requer, ao contrário, maior investimento e participação do Estado no âmbito da provisão de proteção social.

No artigo de Stechi (2013), a autora pontua uma pesquisa realizada por Castilho (2012 apud STECHI, 2013, p. 184) com técnicos que operacionalizam o TSF nos CRAS, com famílias em descumprimento de condicionalidade do Programa Bolsa Família (PBF), conforme depoimento dos profissionais, as estratégias adotadas “são organizadas a partir da mulher/mãe, pois é ela quem acessa o equipamento, passando a ter titularidade no cadastro e responsabilidade na participação das ações e no cumprimento das condicionalidades previstas para atingir os objetivos do PBF”.

Complementa-se, com reflexões do artigo de Costa e Senna (2018), que

[...] é preciso destacar que, se as mulheres são valorizadas pelo PBF, na medida em que elas são tomadas como representantes preferenciais do benefício monetário e é para elas que se volta grande parte das

ações do programa, tal valorização acaba por reforçar o papel da mulher como mãe e responsável da família, perpetuando a tendência de naturalização dos papéis diferenciados entre o masculino e o feminino (CARLOTO, 2006; MESQUITA, FRIETAS, 2013 apud COSTA, SENNA, 2018, p. 116).

Acrescenta-se à discussão dos artigos, as análises da autora Carloto (2015), que afirma ser necessário, ainda, atentar-se ao tempo usado pelas mulheres no cumprimento das condicionalidades do programa, que amplia o trabalho familiar e retém as mulheres no espaço doméstico.

É necessário nesse contexto dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho não pago das mulheres para a sustentação de programas com claro viés familista como o PBF e como esse tempo usado pelas mulheres obstaculiza a construção de uma autonomia econômica e pessoal, condições fundamentais para o rompimento do ciclo geracional da pobreza [...] (CARLOTO, 2015, p. 195).

Retomando o artigo de Stechi (2013, p. 183), quando o acompanhamento está centrado na figura da mãe ou do responsável familiar, a perspectiva de matricialidade sociofamiliar não é respeitada, “pois não se consegue construir uma relação com os outros membros familiares, para que se possa conhecer potencialidades, dificuldades, histórias de vida e relações sociais já estabelecidas dentro família e com a comunidade”.

Ressalta-se, contudo, que no campo dos discursos sobre matricialidade sociofamiliar, na pesquisa realizada por Alberto e Costa (2017, p. 204), com os profissionais dos CRAS de João Pessoa/Paraíba, foi possível observar, em um dos relatos colhido pelas autoras, a adoção da perspectiva de matricialidade sociofamiliar em sua dimensão ampla. Segundo relato,

A matricialidade familiar é ver a família como eixo principal, né, dentro da política de assistência social, é ter, é trabalhar a família de uma forma, é, individual, particularizada também, num todo e ao mesmo tempo atendendo a, as particularidades de cada indivíduo... Então assim, são várias questões que a gente tem que trabalhar a família no todo e também de forma particularizada (Assistente Social 3 apud COSTA, ALBERTO, 2017, p. 204).

De modo geral, observa-se que os artigos trazem a questão de gênero especialmente relacionada à matricialidade sociofamiliar proposta pela política de assistência social, ao fazerem apontamentos relacionados à esfera do cuidado e da responsabilização da mulher que acabam sendo reforçados pelo TSF. O trabalho familiar, mais especificamente, o trabalho da mulher na esfera da reprodução social, é reafirmado pela política de assistência social, assim como foi nas políticas sociais dos países de capitalismo central que consolidaram seus Estados de bem-estar social, como vimos com as autoras Heinen (2009) e Falquet (2018). Parteman (2006 apud CAMPOS, 2015, p. 31), não hesita em denominar como “*The Patriarchal Welfare State*”, partindo da ideia que o modelo supõe a dependência financeira da mulher em relação ao cônjuge.

No que se refere ao viés de “raça”/etnia, a maioria absoluta dos artigos, nove, não apontou essas desigualdades. Há, assim, um silenciamento perverso da questão racial por parte do TSF na política de assistência social, embora os/as usuários/as sejam, em sua maioria, racializados, não há problematização desse aspecto estruturador de desigualdades, violações e violências.

Acredita-se que é necessário reforçar esse debate no âmbito da assistência social, pois a maioria das pessoas inscritas no Cadastro Único declara-se de “cor”/“raça” parda (63,9%), seguido por branca (27,5%) (BRASIL, 2014, p. 9-33).

Um único apontamento relacionado à temática apareceu no artigo de Costa e Alberto (2017, p. 202), na pesquisa com profissionais dos CRAS de João Pessoa/PB, no qual um dos profissionais relata, sobre os registros e cadastros do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) referentes à identificação de “cor” e orientação sexual dos usuários, que

[...] a gente quando vê que é uma pessoa mais idosa, a gente não pergunta, sabe, se for um jovem que a gente, a gente bota pra ele responder, agora se for um idoso que a gente tem que responder a gente não pergunta, marca hétero e a questão de cor também é complicado, eu marco o que vejo, pardo, essas questões. Já quando é uma pessoa que a gente sabe que é, é, LGBTQB, aí a gente já marca ou ele mesmo responde, tem essas questões não (Assistente Social 1 apud ALBERTO, COSTA, 2017, p. 202).

A partir desse relato, observa-se a urgência tanto de capacitação profissional como de ressignificação do TSF numa perspectiva desburocratizante. É preciso que o profissional reconheça a importância dos dados sobre “raça”/etnia e sexualidade, por exemplo, para além de um simples cadastro de informações ou mero cumprimento de protocolo, para que possa, posteriormente, ao abordar temática com os usuários, refletir que serão feitas algumas perguntas a partir das quais se buscará compreender as diferentes vivências familiares, assim como a família em sua pluralidade e que esses dados servirão tanto para ações mais imediatas com a família, como também poderão servir de direcionamento para elaboração de programas, benefícios e serviços sociais específicos.

Além disso, há que se atentar que está colocada uma violação de direitos humanos por parte do/a profissional ao tomar para si a tarefa de definir e responder a “cor” e a sexualidade dos/as usuários/as, indicando uma dificuldade de lidar com esses assuntos considerando a faixa etária de quem é atendido⁷.

Pode-se considerar que a questão geracional emerge também como componente analítico importante para o TSF e pauta fundamental para capacitações.

Considerações finais

A respeito das desigualdades de gênero, “raça” /etnia e suas repercussões para o TSF, com exceção das desigualdades de “raça”/etnia que só é problematizada em um dos artigos, pode-se dizer que os autores dos artigos apresentam problematizações e críticas fundamentadas em uma perspectiva totalizadora, classista e antipatriarcal. Já nos registros das pesquisas de campo, foi possível observar discursos profissionais que reforçam os papéis sociais de sexo, o modelo de família patriarcal, bem como discursos higienistas e de patologização relacionados à situação de pobreza vivenciada pelas famílias.

As novas configurações familiares ainda têm sido vistas com certo preconceito por parte de alguns profissionais, como mostram alguns registros das pesquisas de campo que afirmam o ideal de família tradicional, contrariando, inclusive, as recomendações das normativas do TSF a esse respeito.

Acerca das tensões que emergem das relações sociais de gênero, “raça”/etnia e TSF identificadas pela pesquisa nos artigos científicos, cabe a seguinte sistematização: reforço às funções protetivas das famílias e ao trabalho familiar de cuidado; reforço à naturalização dos papéis sociais de sexo; idealização, por parte de alguns profissionais, do modelo de família nuclear e patriarcal; violações profissionais relacionadas ao direito de autodeclaração de “cor” e sexualidade; e prevalência de ações/reflexões nos intramuros familiares.

Ao reafirmar o trabalho familiar de cuidado, o TSF na assistência social reflete ainda as ações de um Estado misógino e racista, que naturaliza a divisão sexual de papéis sociais e o confinamento da mulher, especialmente a pobre e preta, ao espaço doméstico. Outras consequências não menos importantes vão da culpabilização das famílias pobres à reativação de práticas disciplinadoras, muitas vezes mistificadas de proteção social e de estímulo a vivências familiares “saudáveis”. Desse modo, é possível considerar que o TSF na assistência social carrega, ainda, traços higienistas e assistencialistas do Estado no âmbito das políticas sociais.

As relações sociais de gênero, “raça”/etnia e TSF não podem, por fim, serem analisadas deslocadas do contexto mais amplo que se inserem nas relações sociais capitalista, que perpassam relações de classe, Estado, políticas sociais, política de assistência social, normativas institucionais, precarização do trabalho profissional etc.

A análise do TSF para além da perspectiva endógena, traz à tona as contradições de uma política essencialmente familista, que também se propõe desfamilizadora, mas com grandes desafios para a concretização de iniciativas nessa última perspectiva. São, portanto, desafios identificados para o delineamento do TSF em uma perspectiva crítica, a necessidade de desmistificação do TSF a partir dos dois vieses que o perpassam, o viés familistas e o viés de desfamilização, assim como a necessidade urgente de romper com a noção tradicional de família e dos papéis familiares, pois esses tendem a se diversificar a medida que as famílias também se diversificam, ou seja, a necessidade de se romper com expectativas relacionadas às famílias para trabalhar com possibilidades concretas, a partir daquilo que as famílias consideram como relevante e possível.

Por outro lado, no campo das ações desfamilizadoras, há que se destacar a potencialidade das ações que encaminhem para articulações intersetoriais e que promovam aquisições e suporte às famílias, especialmente aquisições e suporte relacionados à possibilidade de sustentação da vida familiar em conciliação com o trabalho (o *care social*) e de acesso aos direitos e ao fortalecimento da cidadania. Contudo, o cenário adverso à universalização dos serviços e políticas sociais, bem como a deterioração desses serviços e políticas sociais na contemporaneidade, têm contribuído para que o TSF esteja mais voltado à gestão dos riscos sociais e não ao atendimento das necessidades de fato, reforçando a busca de respostas nos intramuros familiares e aprofundando desigualdades sociais de classe, gênero e “raça”/etnia.

Referências

- ALBERTO, M. F. P; COSTA, R. R. Discursos sobre família e a formação para o trabalho social no Centro de Referência de Assistência Social. In: Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais. São João Del Rei, n. 12, p. 193-208, jan./abr. 2017.
- ASSUNÇÃO, D. A precarização tem rosto de mulher. São Paulo: Edições Iskra, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Perfil das pessoas e famílias no Cadastro Único do Governo Federal 2013. Brasília, 2014.
- CAMPOS, M. S. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In: Familismo Direitos e Cidadania. São Paulo: Cortez, 2015.
- CARDOSO, J. N. TEIXEIRA, S. M. Política de Assistência Social e trabalho social com família: autonomia ou maternagem? In: Serviço Social em Revista. Londrina: v. 17, n. 1, p. 66 – 87, jul./dez. 2014.
- CFESS. Série assistente social no combate ao preconceito: Racismo. Caderno 3. 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- COSTA. B. L. S; SENNA, M. C. M. Famílias e assistência social: reflexões sobre o BPC e o PBF. In: Revista em Pauta. Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 109-124, 2018.
- FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça”

na globalização neoliberal. In: Revista Mediações. Londrina, v.13, n. 1-2, p. 121 - 142, jan./jun. e jul./dez. 2008.

GOLDANI, A. M. Reinventar políticas para famílias reinventadas entre la realidade brasileña y la utopia. In: CEPAL. Políticas hacia las familias, protección y inclusión sociales. Santiago de Chile: Irma Arriagada, 2005. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6822/S05683_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Data de acesso: 13 jul. 2019.

HEINEN, J. Políticas sociais e familiares. IN: HIRATA, Helena et al. (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: Revista Katálysis. Florianópolis, v. 10, n. spe. p. 37-45, 2007.

MIOTO, R. C. T. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. In: Revista de Políticas Públicas. São Luís, v.8, n.1, 2004.

MIOTO, R. C. T. Família e política sociais. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MIOTO, R. C. T. Família, Trabalho com Famílias e Serviço Social. In: Serviço Social em Revista. Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, 2010.

MIOTO, R. C. T. Política Social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 124, p. 699-720, out./dez. 2015.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (orgs.). Familismo Direitos e Cidadania contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

PASSOS, R. G. Teorias e filosofias do cuidado: subsídios para o Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2018.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; Matos, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (orgs.). Política Social, Família e Juventude. Uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

STECHI, T. O. O Programa Bolsa Família a partir do território: o trabalho social com as famílias beneficiárias. In: Serviço Social em Revista. Londrina, v. 16, n. 1, p. 167-192, jul./dez. 2013.

ZOLA, M. B. O trabalho de cuidado e o care social. In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). Política de Assistência Social e temas correlatos. Campinas: Papel Social, 2016.

Notas

1 A pesquisa estabeleceu as seguintes categorias analíticas: Conjuntura socioeconômica e TSF: a disputa entre o projeto neoliberal e o projeto democratizante; Relações Sociais (de classe, gênero, “raça”/etnia) e TSF; TSF nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e nos Serviços de Acolhimento Institucional Infanto-juvenil; TSF e o Sistema de Garantia de Direitos; e O trabalho profissional no âmbito do TSF. ↑

2 Alberto, Costa (2017); Cardoso, Teixeira (2014); Costa, Senna (2018); Stechi (2013). ↑

3 Alberto, Costa (2017). ↑

4 O estudo de Goldani, escrito para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no ano de 2005, analisa o contexto latino-americano com o objetivo de “contribuir para la elaboración de una agenda de políticas públicas para las familias” (GOLDANI, 2005, p. 319). ↑

5 Goldani (2005) descreve famílias reinventadas como famílias que passaram por um processo de reorganização e diversificação em suas estruturas e adquiriram não apenas novas formas e tamanhos, mas também novos significados, tanto para seus membros como para a sociedade. Desse modo, a autora assinala que não existe uma família e um único tipo de união conjugal, mas várias novas famílias e arranjos familiares e, sendo assim, a noção de família reinventada é mais apropriada para as políticas públicas do que de família reconstruída, conceito cada vez mais utilizado e que remete ao modelo nuclear tradicional e estabelece limites convencionais para a família, o que limita o desenho das políticas públicas. Para a autora, é certo que as famílias, ao refazerem-se, incorporam características das famílias anteriores, mas os afetos que as sustentam são inteiramente novos. ↑

6 Os interdiscursos ocorrem quando o sujeito se ampara em um já dito como objeto do seu discurso (Moura 2008 apud ALBERTO, COSTA, 2017). ↑

7 Acrescenta-se à discussão que: “Embora essas categorias de classificação de “cor” não sejam consenso e estejam sempre em discussão pelos órgãos oficiais e censos demográficos, continuam sendo necessárias para o registro de informação sobre a composição e perfil étnico-racial da população, bem como para a formulação de políticas públicas, sobretudo voltadas para enfrentamento das desigualdades étnico-raciais. Nesse sentido, é fundamental que conste nos formulários e documentos de registro de informação dos serviços públicos e de atendimento à população o quesito “cor”, e que este seja corretamente preenchido (autodeclaração). As categorias que devem constar, nesses instrumentos, são as utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): branca, preta, parda, amarela e indígena. Ainda hoje, há, por parte dos/as profissionais e também da população usuária, certo constrangimento e/ou resistência em perguntar ou responder sobre o quesito “cor”. Vale ressaltar que a cor das pessoas sempre funcionou, em sociedades com traços fortemente racistas, como um elemento de negação de acesso a direitos, tais como inserção no mercado de trabalho, ascensão profissional, melhor remuneração, bom atendimento nos serviços de saúde e educação. Todavia, com vistas à superação desta realidade de violações, o quesito “cor” deve ser apreendido e utilizado como importante categoria de análise das relações étnico-raciais no país e como informação relevante e indispensável no processo de garantia de direitos e de geração de políticas para a equidade (CFESS, 2016, p. 10). ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em setembro de 2024 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).